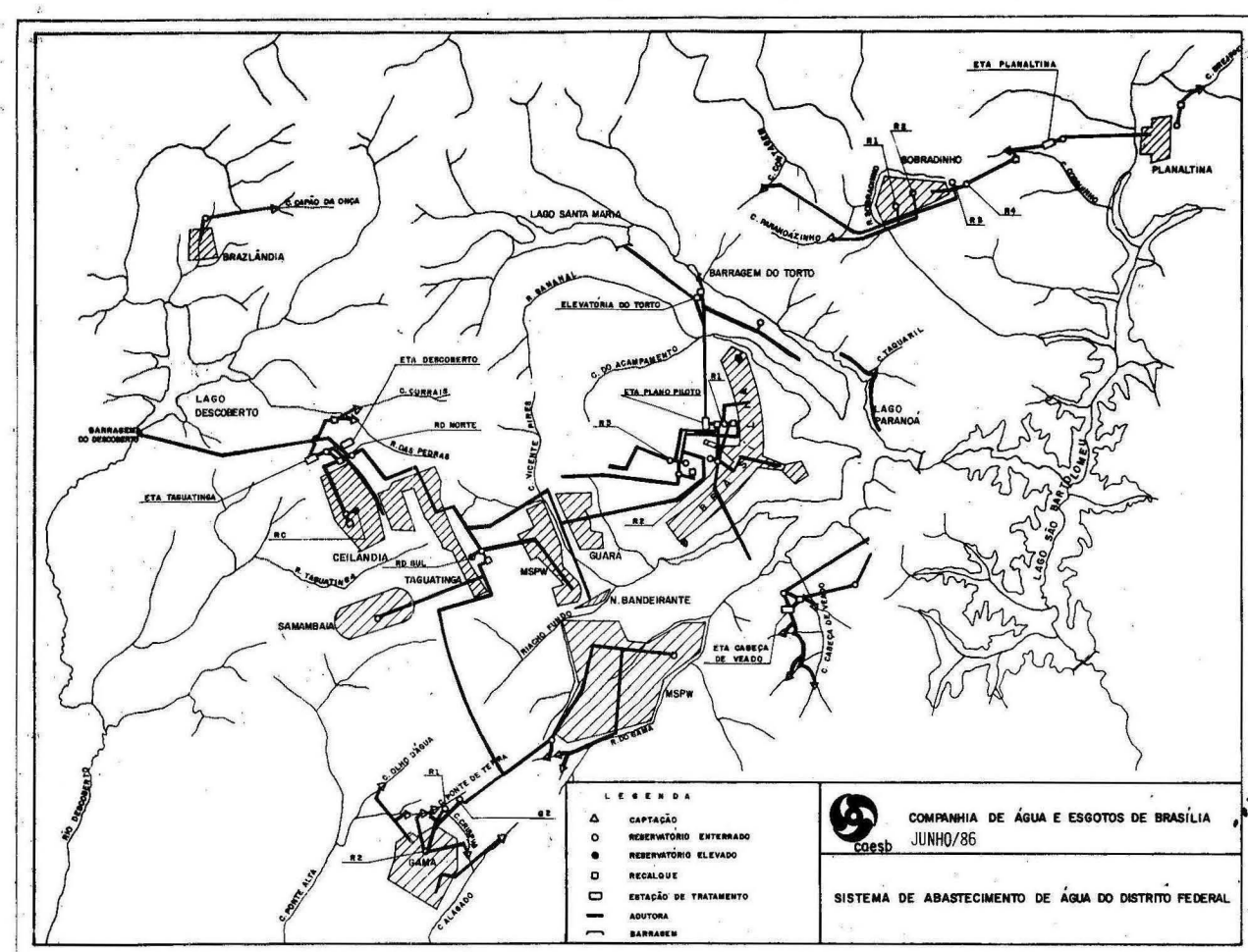


Ceilândia e Taguatinga racionam água em 1988

Presidente da Caesb quer triplicar capacidade da barragem do Descoberto para evitar crise



Lago de São Bartolomeu é um sonho: faltam recursos e projeto. Solução é ampliar Descoberto

Bogoricin propõe grande debate

Em Brasília há menos de um mês, a Júlio Bogoricin Imóveis quer também participar da história da cidade. E nesse sentido pretende abrir o espaço para a corretagem de imóveis, criando uma conscientização entre todos os segmentos envolvidos com o setor, na tentativa de se formar um mutirão da classe para promover um grande debate sobre o mercado imobiliário de Brasília.

De acordo com o diretor da JBI, Ruben Vasconcelos, "o que nós queremos não é apenas vender imóveis, mas principalmente construir um mercado imobiliário e acordar a cidade para o potencial que ela oferece dentro do setor". E é nessa análise que Vasconcelos quer promover o debate, unindo todas as forças — inclusive autoridades governamentais — como a Ademi, entidades de classe e até as representativas da comunidade local.

O mercado imobiliário tem que abrir, precisamos acordar para a realidade de que esse mercado está preso e isso cria uma pressão muito forte na redução de novas ofertas — lembra o diretor da Júlio Bogoricin Imóveis. "Eu acredito que o Governo vai abrir o mercado imobiliário da cidade", enfatiza

Vasconcelos demonstrando todo o seu otimismo para as perspectivas que se abrem com a retomada da construção civil.

E a JBI não tem pressa. Primeiro, e mais importante, é criar o mercado de imóveis que está estagnado em função de pouca oferta. E é para isso que o diretor pretende fazer o debate com a classe, um encontro com todos os segmentos do setor, a fim de discutir os problemas que envolvem o mercado imobiliário. "Tenho certeza que o Governo não tem interesse em criar um mercado especulativo para a cidade de Brasília", ressalta.

PLANO PILOTO

Segundo Vasconcelos, existe um grande potencial em Brasília para a corretagem de imóveis, tanto comercial quanto residencial. Mas, atualmente, o mercado local se estagnou no que os corretores chamam de "primário", funcionando apenas com os imóveis de "terceira", isto é, a compra e venda somente entre os particulares. "A oferta de imóveis novos é quase nula, impedindo que outras pessoas participem da cadeia que normalmente existe dentro do setor, que é fazer com que o proprietário de um

apartamento de dois quartos, por exemplo, possa vendê-lo e ter condições de adquirir um outro, novo, de três ou quatro quartos. Isso é que eu chamo de construção de mercado imobiliário", disse Ruben Vasconcelos.

O diretor da Júlio Bogoricin Imóveis acha que o Plano Piloto traçado por Lúcio Costa deve contemplar algumas modificações, porque hoje a realidade é outra e diferente da de 26 anos atrás. Existem espaços pré-determinados onde só se pode construir para aquilo que foi destinado, em detrimento de um desenvolvimento que a cidade teve ao longo dos anos. E é exatamente nesse ponto que Ruben Vasconcelos defende as possíveis alterações.

"Precisamos valorizar mais esse Plano Piloto de Brasília", ressalta. E o diretor da JBI dá o exemplo: — existe o Setor de Rádio e TV, com amplos espaços que poderiam ser utilizados para a construção de salas comerciais. "Ninguém quer modificar o traçado da cidade, o que desejamos é debater Brasília e não mudá-la. E acho que nós, da Júlio Bogoricin Imóveis, podemos ajudar o Governo a encontrar soluções práticas para resolver

a carência de imóveis hoje na cidade".

Ruben Vasconcelos defende uma adequação da cidade à realidade atual, da necessidade de mais moradias para todas as faixas de renda da população. E acha a ideia do governador José Aparecido de "concluir Brasília, aproveitando a presença de seus construtores ainda vivos, excelentes, porque isso é fundamental para manter a qualidade de vida da população".

Mas ressalta que o problema da falta de moradia é muito mais amplo do que apenas construir mais blocos residenciais. E preciso dar opções de compra e para tal Vasconcelos defende a imediata liberação das projeções ainda nas mãos dos diversos órgãos do Governo. Ele acha que se esse problema de escassez de imóveis se resolver a curto prazo, as empresas de Brasília, construtoras principalmente, vão investir mais na cidade e a evasão de renda para outras capitais deixará de existir.

Lembrando que a Júlio Bogoricin, em seus 25 anos de existência, já presenciou esse problema em outras cidades e acha que pode dar sua cota de participação ao Governo na tentativa de solução.

"Mentecapto" faz amanhã sua estréia

A estréia da peça "O Grande Mentecapto", do romance de Fernando Sabino, com adaptação do Grupo Caro e Núcleo de Arte e Dança de Vicos, está marcada para amanhã, às 21h, no Teatro Aloísio Batista, na Ala Sul do Centro de Convenções de Brasília. Os espetáculos serão apresentados de segunda a sexta, às 21h, e sábado e domingo, em duas sessões, às 18h e 21h, ao preço de Cz\$ 60,00 e Cz\$ 40,00, para estudantes.

A peça, com adaptação de Marcelo Andrade e Maurício Xavier, recebeu direção de Marcelo, que também faz o papel principal, e Luciano Cintra. Participam ainda do elenco alunos e professores da Universidade de Vicos (MG).

Com duas horas de duração, 100 "slides" e oito coreografias, o espetáculo conta a história de Geraldo Viramundo, enfocando os seus desvarios e as utopias de quem se aventura a andar pelo mundo e transformá-lo. Para Fernando Sabino, seu personagem tem muito de Dom Quixote, Carlinhos e Cristo. Das andanças de Viramundo por Minas Gerais saíram os "slides" que, na peça, evocam os cenários de Mariana, Ouro Preto, Congonhas, Barbacena, São João Del Rey, Montes Claros, Tiradentes, Curvelo e Belo Horizonte.

O Grupo Caro já apresentou "O Grande Mentecapto" no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Governador Valadares, Ouro Preto, Congonhas, Uberaba, Iajubá, Ilhéus e Juiz de Fora.

Oto Lara Resende e Hélio Pellegrino, respectivamente, assim se expressaram sobre a peça: "O Brasil está salvo, porque jovens de uma cidade do interior (Vicos-MG), com poucos recursos, puderam fazer um espetáculo do mais alto nível. "Das quarenta telas em cartaz no Rio de Janeiro, "O Grande Mentecapto" foi classificada pela crítica carioca entre as dez melhores da temporada".

M. CAVALHEIRO
Da Editoria de Cidade

Ceilândia e Taguatinga terão água racionada na estiagem de 1988. Esta é uma perspectiva concreta, apontada pelo presidente da Caesb, William Penido Valle. Brasília tem hoje um déficit de abastecimento equivalente ao consumo médio de 300 mil habitantes — e este número deverá crescer na ordem de 120 mil ao ano. Se a disponibilidade de água não for ampliada logo, será imperativo "um racionamento rigoroso" não só naquelas duas cidades, mas também no Guarã e no Gama, nos próximos anos. Neste quadro de tons negros o plano de construção de um imenso reservatório na Área de Proteção Ambiental do Rio São Bartolomeu

Rico esbanja, pobre economiza

No trágico cotidiano, o que os ricos desperdiçam falta aos pobres. Brasília é seguramente — segundo o presidente da Caesb, William Penido Valle — a grande cidade que mais consome água proporcionalmente à sua população em todo o mundo. A média é de 400 litros diários por habitante e está cerca de 100 por cento acima da nacional. Mas — enquanto se calcula que em Paraná uma pessoa consuma não mais de 20 litros diários e em Taguatinga e Ceilândia, tomadas em conjunto, este número é de 300 — os felizes habitantes do lago Sul gastam 1 mil 100 litros por cabeça a cada dia. Ainda mais privilegiados — enchendo suas piscinas, lavando seus cães de raça e seus carros de luxo, irrigando jardins enormes — os moradores do Setor de Mansões Park Way conso-

mem 2 mil litros por habitante/dia.

A bomba, como não poderia deixar de ser, já tem endereço certo. Serão os cerca de 1 milhão de habitantes de Ceilândia e Taguatinga os primeiros a ter seu consumo compulsoriamente reduzido. O racionamento, indicam as projeções da Caesb, virá com a estiagem de 1988 — a menos que aquelas cidades "parem de crescer", como diz William Penido Valle. A perspectiva é quase irreversível. Mesmo que o sinal verde dos cruzados fosse dado hoje, e a obra iniciada em 60 dias, transcorreriam ainda 32 meses — mais de dois anos e meio — até que os brasilienses pudessem se beneficiar da ampliação da capacidade de abastecimento. Portanto, em hipótese alguma a água chegará a tempo para Ceilândia

e Taguatinga — a menos que surja alguma nova alternativa, até agora não cogitada.

Na corrida contra o tempo, qualquer atraso na obtenção de recursos e no andamento das obras será fatal também para os moradores do Guarã e do Gama, os próximos na lista das potenciais vítimas do racionamento. A continuar a atual escalada do déficit, em 1990 ele equivalerá ao consumo médio de 780 mil habitantes. No ano seguinte, a 900 mil. Se as providências não forem tomadas logo — eis que o abastecimento de água não é um problema que se resolve da noite para o dia — estes serão anos negros de Brasília. A capital que tanta água consome, até em função do clima extremamente seco, vai ter milhares de torneiras inúteis.

Coama indica poço como solução

Brasília terá de jogar "todo o seu peso político" para a obtenção de recursos para triplicar a capacidade de abastecimento de barragem do Rio Descoberto. Ao declarar isto, o presidente da Caesb, William Penido Valle, não quer dizer que aquele seja o ano ideal. Para fazer frente à demanda em tempo, as obras deveriam ser iniciadas há dois anos. O problema foi levado ao GDF, mas Penido não tem esperança de que surjam verbas para a obra ainda em 1986. Mesmo para 87, acha difícil. Por isso mesmo, aponta a necessidade de uma grande empenho para que o projeto das construções, que está pronto, passe das gavetas da Caesb às mãos dos empreiteiros.

A vazão na barragem do Descoberto é hoje de 2 mil litros por segundo. Passando para 6 mil, terá capacidade para atender a mais 800 mil pessoas. O que faz o déficit retornar em 1991, tomando-se em conta a deficiência atual, equivalente ao consumo médio de 300 mil pessoas e as projeções que indicam um crescimento deste número na ordem de 120 mil ao ano. Isto determina a necessidade de que se trate de dar andamento ao antigo projeto de construção de uma barragem no São Bartolomeu.

POÇOS

O ecólogo Carlos Augusto Fernandes — que atua na área de recursos hídricos da Coordenação de Assuntos do Meio Ambiente — discorda. Ele vê boas perspectivas na exploração das águas subterrâneas e acha que esta é uma alternativa que deveria ser estudada. O coordenador de Assuntos do Meio Ambiente, Benjamin Sicsu, é da mesma opinião: "Os poços podem ser a grande saída para Brasília, no futuro", diz sem vacilar. Mas, enquanto a Coama apresenta novíssimos mapas de mananciais subterrâneos e

mostra certo entusiasmo com eles, Penido é mais do que cético.

"O subsolo de Brasília é bastante conhecido e não tem bons aqüíferos", rebate, para procurar demonstrar em seguida que, mesmo que fosse tecnicamente viável, tal alternativa esbarraria em monumentais obstáculos de ordem econômica. "Por melhores estudos geológicos de superfície e geofísicos de que se disponha, a prova dos nove para o aproveitamento de um poço é sempre o furo", ensina. Daí — diz ele — pode-se calcular que serão furados uns três poços para encontrar um aproveitável, em média. Tomando a vazão média dos poços existentes no DF e sua profundidade, faz as contas: seriam necessários 4 mil poços para obter a mesma água que a ampliação da capacidade no Rio Descoberto proporcionará. Ou seja, 12 mil perfurações, ao custo de Cz\$ 500 mil cada uma: Cz\$ 6 bilhões — "dez vezes mais do que se gastará no rio", conclui o presidente da Caesb, assinalando que a pequena disponibilidade aqüífera no subsolo transforma estas suas contas em "aritmética estéril".

Tarifa baixa gera déficit alto

Em meio a tantas necessidades de recursos, a Caesb amarga, segundo seu presidente, os efeitos da tarifa mais baixa do País. As contas mais baixas (Cz\$ 5,40) dão prejuízo: os bancos fixaram uma taxa de Cz\$ 4,00 para efetuar a cobrança, e os custos de processamento de dados estão na ordem de Cz\$ 10,00. O déficit deste ano,

de Cz\$ 60 milhões — quase um quarto da receita —, será em parte coberto pelo GDF. A fatia mais gorda, porém, fica na falta de outra solução por conta de credores que deixam de receber.

A receita mensal da Caesb é de Cz\$ 20 milhões. As despesas — incluindo o serviço da dívida, que está

em Cz\$ 6 milhões mensais — alcançam a soma de Cz\$ 25 milhões. William Penido Valle disse que a baixa tarifa contribui também para o desperdício de água tratada, pelos mais ricos. Se o litro fosse mais caro, talvez os abastados moradores do Lago Sul e do Setor de Mansões Park Way se mostrassem mais econômicos — pondera.

Grande lago ainda é um sonho

Um projeto tão antigo quanto ambicioso o da formação de um imenso lago com a construção de uma barragem no Rio São Bartolomeu. Para dar ideia de suas proporções gigantescas, costumava-se compará-las às do Lago Paranoá. A lâmina d'água será 2,5 vezes maior, ocupando uma área de 110 quilômetros quadrados. O volume de água acumulado — com uma profundidade média de 26 metros — superará em 5 vezes o do Paranoá, chegando ao astronômico número de 2 bilhões 700 milhões de litros. A vazão, descontada a evaporação, ficará um pouco abaixo de 18 mil litros por segundo. Somada aos recursos hídricos já disponíveis, ela elevará a capacidade de abastecimento o suficiente para atender à demanda de cerca de 7 milhões de habitantes. Sem dúvida, uma solução para um tempo relativamente longo, já que as previsões são de que Brasília chegará ao quarto milhão de habitantes na virada do século. Os números apre-

sentados, porém, não são definidos em projeto real. Constam apenas de um estudo provavelmente definitivo. O grande lago, ainda não passa de um sonho: nem sequer seu projeto técnico, de engenharia, existe. Mais distantes ainda estão os recursos, de proporções compatíveis àqueles dados.

CUSTOS

Não se sabe ao certo quanto custarão a construção da barragem, a adutora, a hidrelétrica que se pretende construir ali, o sistema de bombeamento de água para o Paranoá. O presidente da Caesb diz que pode apenas calcular por alto o "custo da formação do lago" — não, portanto, de toda a obra. Ele ficaria hoje em torno de 150 milhões de dólares ou Cz\$ 2 bilhões 65 mil 550.

Construída na cota de 925 metros de altitude, a barragem terá um comprimento de 1 mil 900 metros. Sua altura máxima será de 85 metros. Seu volume, de 12 milhões 700 mil metros cúbicos. A bacia hidrográfica que ali

lançará suas águas tem uma área de 2 mil 100 quilômetros quadrados. O lago se estenderá de Planaltina até as proximidades da BR-215. Seu ponto mais próximo ao Plano Piloto estará bem perto do Lago Paranoá. A favela de Paranoá e a cidade espírito Vale do Amanhecer desaparecerão.

Mas certamente faltará água para Taguatinga e Ceilândia antes que isto aconteça e é provável que os espíritos não sejam acomodados: a julgar pelos planos do governador José Aparecido, quando se der a inundação, estes já estarão na projetada Cidade Esotérica. Só a elaboração do projeto consumirá de 12 a 18 meses. E preciso que ele esteja pronto para que se possa tentar, junto ao BNH e a agências internacionais, a obtenção dos recursos. Depois, a obra de engenharia em si levará mais 4 anos. Não há, portanto, perspectiva de que a barragem seja construída em menos de seis anos ou seis anos e meio. Por mais depressa que se ande,



William Penido Valle

Ecólogo quer debate amplo

O assessor técnico da Coordenação de Assuntos do Meio Ambiente, ecólogo Carlos Augusto Fernandes, defende a abertura de uma discussão mais ampla — na qual se envolva toda a sociedade — antes de que se torne definitiva a decisão de construir uma barragem que inundará quase 3 por cento da área do Distrito. Entre outros problemas, ele aponta a poluição do imenso reservatório pelas águas do Lago Paranoá, que será seu tributário, pelos esgotos de Sobradinho e Planaltina e virtualmente pela execução de três grandes projetos de agricultura irrigada previstos para a Área de Preservação Ambiental (APA). O presidente da Caesb, que não vê esta questão com olhos tão rigorosos, admite os problemas decorrentes de Sobradinho e Planaltina e avisa: estas cidades terão de parar de crescer, ou será preciso "gastar uma nota preta" para evitar que poluam o lago. Segundo a Coama para não poluir o lago, Sobradinho tem de manter sua população em no máximo 63mil 534 habitantes. Planaltina, em 40 mil 635. As populações estimadas, hoje, são de respectivamente 85 mil e 60 mil moradores.

Quanto à questão das águas do Paranoá, têm posição absolutamente antagônicas. Se Fernandes assegura que é preciso despoluir o Paranoá antes de inundar uma imensa área na APA de São Bartolomeu — William Penido Valle garante que, pelo contrário, a existência do novo lago favorecerá a despoluição do velho. Esta discordância envolve outra: a Coama assinala que a barragem do São Bartolomeu "inundará o canal de fuga da usina da CER", única garantia para o funcionamento dos serviços essenciais em Brasília em caso de colapso no sistema interligado que supre a grande parte das necessidades energéticas do DF através de Furnas. Valle vê vantagens também nesta área. Ele diz que se poderá dar dupla função à usina: ela fornecerá energia nas horas de maior consumo e, no tempo restante, bombeará água do São Bartolomeu para o Paranoá. A seu ver, isto ajudaria a despoluição do lago, diluindo-a e lançando a água novamente na área inundada da APA.

A despoluição do Paranoá começa no ano que vem, com a construção de duas novas usinas de esgotos, às margens do lago, uma na extremidade Sul do Plano e outra na extremidade Norte. O biólogo Fernandes é enfático ao informar que não se pode prever quanto tempo levará desde a entrada dessas usinas em funcionamento até a purificação das águas do lago que margeia Brasília, pois se desconhece o volume e a situação do lodo depositado em seu leito.

Já Valle — lembrando que, ao falar no projeto de São Bartolomeu, se trata de ecologia urbana — diz que a massa de água formada terá também a virtude de, com a evaporação, amenizar a falta de umidade no ar do Distrito Federal. Outra divergência — esta, de concepções: Valle considera que os planos de preservação ambiental são sempre autocráticos, porque decididos por especialistas; Fernandes, que a sociedade pode e deve discutir integralmente estas questões. Na raiz de tudo ficam, também, os poços: a Coordenação de Assuntos do Meio Ambiente vê neles uma possível alternativa para o problema do abastecimento de água — a Caesb garante que, fora de São Bartolomeu, nada é economicamente viável hoje e no futuro próximo.

Outra questão tocada pelo ecólogo Fernandes é a da delimitação da APA. Ele assinala que esta não engloba toda a bacia do rio. As margens do Píripipau, existem zonas de produção agrícola. E preciso, segundo o assessor técnico da Coama, tomar providências para que fertilizantes e defensivos não escoem para o reservatório que se pretende garantir o abastecimento de água em Brasília no futuro.